



Número: **0810014-15.2020.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **20ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **16/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALEXSANDRO OLIVEIRA DA FONSECA (AUTOR)		DANIELLA MAGNA FERNANDES BATALHA (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54340971	16/03/2020 21:25	<a href="#">Petição Inicial-</a>	Outros documentos



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO, DE UMA DAS VARAS DO JUÍZADO ESPACIAL CÍVEL DA COMARCA DE PAU DOS FERROS - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, A QUEM ESTÁ COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL.**

**ALEXSANDRO OLIVEIRA DA FONSECA**, brasileiro, casado, moto boy, devidamente inscrito no CPF nº 011.153.074-10 e RG nº 1805649 ITEP/RN, residente e domiciliado na Rua: São Pedro, 448, Bairro Lagoa Nova, CEP: 59.054-570 (Doc. 01) vem, muito respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada legalmente constituída que está subscreve (Doc. 02), com fulcro no Código de Processo Civil, e demais legislações pertinentes, propor a presente:

### **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DVPAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua: Da Assembleia, nº 100, Andares: 26, Bairro: Centro, CEP: 20.011-904 – Rio de Janeiro/RJ; pelos argumentos de fato e fundamentos de Direito que passa a expor:

### **I – DA SÍNTESE FÁTICA**

O Autor foi vítima de acidente de trânsito em 30/05/2019, na Av. Bernardo Vieira (em frente a Moto Ciclo), Bairro Quintas na cidade de Natal/RN (Doc. 03), onde teve fratura grave no joelho (extremidade proximal da tíbia), passou por cirurgia e ficou internado (Doc. 04).

Em verdade, Excelência, o Autor atualmente encontra-se com dificuldade de de locomoção para realizar tarefas básicas de seu dia a dia, como andar e dirigir, sentindo dores de forma permanente, perceptível a qualquer pessoa, pois só consegue andar com a ajuda de muletas. Os danos causados pelo acidente deixaram sequelas que impedem o Requerente de ter a vida que tinha antes.

Em decorrência do acidente e tendo em vista o dano permanente ocasionado, o Autor ingressou com requerimento administrativo para recebimento da indenização cabível do

☎ 84 992120603 / 84 996047563

✉ contato@fgadvos.com

🏠 Av. Prudente de Moraes, nº 3.857

Loja 53 - Shopping Natal Sul  
Lagoa Nova - Natal - RN - CEP 59056-902





seguro DPVAT junto à Requerida, tendo seu pedido negado de forma indevida (Sinistro nº 3190499450 – Doc. 05).

Ora, Excelência, a Autor sofreu **um grave trauma no joelho que nem andar sem ajudar de muletas não consegue**, em decorrência do forte impacto que sofreu no acidente, acarretando em sequelas que irão lhe acompanhar pelo resto da vida. Ou seja, apesar de se encontrar o Autor com **dano físico permanente (como mostra os laudos médicos Doc. 06)**, em decorrência do acidente sofrido, fazendo jus, assim, à indenização prevista pelo seguro DPVAT, o mesmo teve seu pedido negado na via administrativa.

Ante o exposto, diante do pagamento a menor na via administrativa, não restou alternativa ao Autor senão buscar a tutela jurisdicional do Estado, para, assim, receber a indenização devida pela Requerida no caso, em face do acidente.

## II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Trata-se o caso, da pretensão no pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres), o qual foi criado pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, objetivando amparar as vítimas de acidentes de trânsito envolvendo veículos em todo o território nacional, bem como, seus familiares.

Todavia, o Seguro Obrigatório, cujo convênio ao DPVAT pertence, e é exclusivamente da parte demandada, **não vem sendo pago aos seus beneficiários em conformidade com a Lei que lhe instituiu**.

Vejamos a redação contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, a qual dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, e que tem como objetivo principal a fixação de um *quantum* indenizatório, visando amparar familiares de vítimas em sinistros, *ad litteram*:

**Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:**

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

☎ 84 992120603 / 84 996047563

✉ contato@fgadvos.com

🏠 Av. Prudente de Moraes, nº 3.857

Loja 53 - Shopping Natal Sul  
Lagoa Nova - Natal - RN - CEP 59056-902





**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Preceitua, ainda, o § 1º, do artigo supracitado:

§ 1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

Dispõe o artigo 5º do mesmo diploma legal:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Ora, Excelência, a documentação acostada a esta exordial aponta, de forma clara e precisa, o dano permanente sofrido pelo Autor, haja vista a extensão dos problemas advindos do acidente, com o trauma que sofreu no joelho, além da deficiência física que o levará pelo resto da vida, acompanhada das dores e desconfortos que já o acometem.

Desta feita, é vislumbrável no caso vertente que deve ser invocada a responsabilidade objetiva da parte demandada, quanto à obrigação de pagar integralmente ao Requerente o prêmio a que este tem direito, em virtude do que determina a Legislação colacionada (Lei nº 6.194/74).

Corroborando o pensamento legal, os doutrinadores pátrios apresentam seus brilhantes pensamentos em excertos elucidativos como o que se segue:

“Importa assinalar que nos casos de responsabilidade objetiva (...) cabe à vítima apenas provar o nexo de causalidade entre o ato e o dano, uma vez que o dever de ressarcir se estabelece no plano puramente material.” (Montenegro, Antônio Lindbergh C. Ressarcimento de Danos. 2ª ed. pág. 48).

☎ 84 992120603 / 84 996047563

✉ contato@fgadvos.com

🏠 Av. Prudente de Moraes, nº 3.857

Loja 53 - Shopping Natal Sul  
Lagoa Nova - Natal - RN - CEP 59056-902





Portanto, resta mais do que demonstrado o dano permanente causado pelo acidente ao Autor, bem como sobejamente demonstrada a pertinência da indenização pleiteada, impondo-se a demandada o dever de pagar o valor referente à indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, conforme dispõe a Lei nº 6.194/74.

### III – DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Em face de todas as considerações de fato e de direito acima elencadas, requer, digne-se Vossa Excelência julgar PROCEDENTE a presente Ação, determinando:

- a) Que seja concedido os benefícios da justiça gratuita, nos termos dos arts. 99 e seguintes do NCPC e a Lei 1.060/50;
- b) Que seja citado a Requerida, para querendo contestar o pedido, sob pena de aplicação dos efeitos da revelia;
- c) Que seja julgada procedente a lide condenando a Ré a pagar ao Autor indenização por danos morais e materiais no valor não inferior a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), bem como na obrigação de realizar o desbloqueio da linha para o Autor;
- d) Que seja invertido o ônus da prova, em razão de possível necessidade de comprovação de fato impossível ao autor, na presente lide;
- e) A condenação do Réu no pagamento de custas processuais, e outras despesas que possam ocorrer no curso do processo, em especial a condenação **honorários advocatícios** em virtude da sucumbência, além das demais cominações legais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

☎ 84 992120603 / 84 996047563

✉ contato@fgadvos.com

🏠 Av. Prudente de Moraes, nº 3.857  
Loja 53 - Shopping Natal Sul  
Lagoa Nova - Natal - RN - CEP 59056-902





Nestes termos  
pede e espera deferimento.

Natal/RN, 16/03/2020.

DANIELLA MAGNA FERNANDES BATALHA  
OAB/RN 17.017

ANDREI BRETTAS GRUNWALD  
OAB/RN 17.541B

☎ 84 992120603 / 84 996047563

✉ contato@fgadvos.com

🏠 Av. Prudente de Moraes, nº 3.857  
Loja 53 - Shopping Natal Sul  
Lagoa Nova - Natal - RN - CEP 59056-902

